



## **BOLETIM 737**

**Brasília, 19 de fevereiro de 2019**

### **MPT DÁ AMPARO LEGAL À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PREVISTA NA CCT FIRMADA PELA FETICOM-RS**

O Ministério Público do Trabalho da 4ª Região (Porto Alegre), através do Procurador do Trabalho Itaboray Bocchi da Silva, arquivou expediente do Sindicato da Indústria e da Extração de Mármore, Calcário e Pedreiras do Rio Grande do Sul que solicitava a intermediação do órgão para não promover o desconto da contribuição sindical dos trabalhadores previsto na Cláusula 26ª da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada pela Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado do Rio Grande do Sul (FETICOM-RS).

No referido expediente, a entidade patronal chega a afirmar que funcionários de uma determinada empresa “não desejam mais estar vinculados ao Sindicato” e “não querem mais pagar a contribuição sindical”.

O procurador, ao analisar o documento e depois de fazer referência à CCT, destacou que a Organização Internacional do Trabalho, em sua Convenção 98, à qual o Brasil é signatário, assinala que 1 - “os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego; e 2 - “tal proteção deverá, particularmente, aplicar-se a atos destinados a “subordinar o emprego de um trabalhador à

condição de não se filiar a um sindicato ou de deixar de fazer parte de um sindicato (...)”.

Destacou que a mesma Convenção (artigo 2º) estabelece que “as organizações de trabalhadores e de empregadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos de ingerência de umas em outras, quer diretamente, quer por meio de seus agentes ou membros (...)”.

O Procurador, com base na Convenção da OIT e na CCT da categoria, que “prevê a possibilidade do direito de oposição pelo empregado”, considera que “é vedado ao empregador intervir de qualquer forma na vontade do empregado, sob pena de violação à liberdade sindical” e que, no caso em análise, “parece-me que a ampla intervenção do empregador revela destituída de eficácia jurídica, tangenciando, inclusive, a prática antissindical”.

Acrescentou, ainda, que a Convenção Coletiva de Trabalho “admite que os trabalhadores manifestem sua vontade em relação ao desconto da contribuição assistencial ou negocial, e nada impede que o façam diretamente perante o Sindicato ou a Federação”.

Após essas exposições, o Procurador do Trabalho determinou a notificação ao segmento patronal responsável pelo expediente e seu consequente arquivamento.

**FETICOM** – Segundo o presidente da FETICOM-RS, Aroldo Garcia, que também é dirigente da CONTRICOM, “a manifestação do Ministério Público é uma confirmação de que nossa Convenção tem todo amparo legal e que atos isolados como esse só revelam práticas antissindicais que devemos abolir e que visam, em última instância, enfraquecer a luta e as organizações dos trabalhadores”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Assembleia nacional nesta quarta (20) na Praça da Sé organiza a resistência ao assalto às aposentadorias dos trabalhadores

No mesmo dia em que o governo Bolsonaro deve enviar ao Congresso Nacional a sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende restringir o acesso às aposentadorias dos setores público e privado, os trabalhadores realizam nesta quarta (20) assembleia nacional em diversos Estados do país para definir um plano unitário de lutas contra a chamada reforma da Previdência.

Convocam a assembleia aberta as centrais CGTB, CTB, CSB, CSP-Conlutas, Força Sindical, Intersindical e Nova Central. Em São Paulo, os trabalhadores se reúnem a partir das 10h da manhã na Praça da Sé, no centro da capital. Outros atos e mobilizações também devem ocorrer em pelo menos nove estados (confira a programação ao lado).

Em meio à desinformação que marca o governo Bolsonaro, o que se sabe até agora é que deve propor idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e de 62 anos para mulheres, com período de transição de 12 anos.

### OS ATOS NOS DIVERSOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO QUE JÁ ESTÃO CONFIRMADOS

#### São Paulo

10h - Praça da Sé, centro de São Paulo  
Atos e mobilizações

#### Amapá

Ato em frente ao prédio do INSS de Macapá

#### Bahia

10h – Ato em frente a Previdência Social do comércio

#### Ceará

6h - panfletagem nos terminais de ônibus em Fortaleza

11h – panfletagem na Fábrica Guararapes

13h30 – panfletagem na OI/Contax

15h - panfletagem nas ruas do centro e Tribuna Livre na praça do Ferreira

#### Maranhão

Ato unificado - horário e local a definir

#### Piauí

8h30 - Assembleia da Classe Trabalhadora do estado, em frente ao Prédio do INSS - Praça Rio Branco - centro de Teresina

#### Rio de Janeiro

15h – Ato no Boulevard Carioca, esquina com a Avenida Rio Branco

#### Rio Grande do Norte

Plenária Unificada - horário e local a definir

#### Santa Catarina

15h - Ato no largo da Catedral, no centro de Florianópolis

#### Sergipe

Assembleia Estadual em Aracaju - horário e local a definir

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Quem já está aposentado também corre riscos com reforma de Bolsonaro

*Regime de capitalização pode levar à falência do INSS, que paga quase 70% das aposentadorias no Brasil; seguridade social também corre perigo. Projeto de "reforma" deve ser apresentado nesta quarta*

A proposta de "reforma" da Previdência do governo Jair Bolsonaro deve ser anunciada nesta quarta-feira (20). No mesmo dia, as centrais CUT, CTB, Força Sindical, Intersindical, CSP-Conlutas, CGTB, CSB e Nova Central farão uma assembleia unificada dos trabalhadores na Praça da Sé, em São Paulo, para construir ações de resistência à reforma. Caso o regime de capitalização pretendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, seja realmente aprovado, quem já está aposentado também corre riscos.

Esse regime, em que cada trabalhador é responsável por poupar para sua aposentadoria, poderia resultar na total falta de recursos para o INSS. "A capitalização não determina esse tipo de contribuição e vai desidratar a Previdência pública. Isso ameaça, sim, quem já está aposentado", afirma a economista Patricia Pelatieri, do Dieese.

O Regime Geral da Previdência (RGPS) foi responsável por 93,5% dos benefícios concedidos em 2017. Desse total, 68,4% correspondem a aposentadorias do INSS.

"Essa reforma casa com a Medida Provisória 871, que trata da revisão de todos os benefícios, e abre a possibilidade de revisar qualquer coisa que o



Ministério da Economia considere suspeito", critica a coordenadora de pesquisa do Dieese.

A MP 871 está em vigor desde 18 de janeiro, e mira auxílios-doença e aposentadorias por invalidez, pensões por morte, aposentadoria do trabalhador rural, auxílios-reclusão, auxílio-acidente, Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago aos idosos carentes e a pessoas com deficiência.

Se a reforma passar da maneira como vem sendo ventilada pelo governo Bolsonaro, será o caminho para o fim dessa Previdência pública e da seguridade social, avalia a economista. "É um mercado muito cobiçado para os vendedores de previdência privada."

Patrícia lembra que em nenhum país do mundo o regime de capitalização da Previdência deu certo. "O custo de migração é muito alto e o trabalhador, quando aposenta, acaba tendo menos que a renda mínima para sobreviver", relata. "No fim, o Estado acaba tendo de voltar a contribuir. Ou seja, só o sistema financeiro ganha por gerir esse mercado milionário de venda de planos privados de previdência ou para administrar a capitalização."

*Fonte: Rede Brasil Atual*



## O horror da capitalização no Chile e no México

Implantado no Chile nos anos 1980, durante o governo do ditador Augusto Pinochet – como qual o economista Paulo Guedes colaborou –, o regime de capitalização da Previdência levou ao empobrecimento dos aposentados do país. O índice de suicídio entre idosos chilenos é um dos maiores do mundo.

Nove em cada dez aposentados chilenos recebem o equivalente a menos de 60% do salário mínimo local. Longe dos 70% preconizados pelos idealizadores do programa de capitalização, a aposentadoria média dos chilenos corresponde a 38% da renda que eles tinham ao se aposentar, segundo pior resultado entre os 35 países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No México, onde a capitalização foi adotada em 1997, a situação é ainda pior. Muitos trabalhadores não têm carteira assinada e não conseguem contribuir. Atualmente, 77% dos idosos já não contam com benefício de aposentadoria e 45% da população mexicana vive na extrema pobreza.

## Tramitação da reforma

Se o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), seguir à risca o regimento da casa legislativa, o texto da reforma da Previdência passará por um processo longo.

De acordo com a Secretaria-Geral da mesa da Câmara, o recesso carnavalesco começa na quarta-feira (27 de fevereiro) e dura a semana inteira seguinte, inclusive após a quarta-feira de cinzas. Os trabalhos só seriam realmente retomados na segunda-feira 11 de março.

Como se trata de uma PEC, primeiro será analisada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) – que ainda não está definida e pode ser que ocorra somente após o Carnaval. Pelo regimento da Câmara, o prazo para análise na CCJ é de cinco sessões.

Após a CCJ, o texto vai para uma comissão especial, que ainda será formada. O prazo mínimo para apreciação é de 10 sessões, para apresentação de emendas. O máximo é de 40 sessões.

Depois, passa por votação em dois turnos tanto na Câmara dos Deputados. Para ser aprovada PEC precisa de 308 votos, três quintos do total de 513 deputados. Se passar na Câmara, segue para o Senado, onde também tem de ser submetida à CCJ e a uma comissão especial. Nesse período, as votações podem ser obstruídas pela oposição, o que pode atrasar o processo.

Para ser aprovada no Senado são necessários três quintos dos votos (54) do total de 81 senadores. Se houver alguma alteração em relação ao texto votado na Câmara, o texto volta para lá para ser votado novamente.

Caso realmente queira aprovar a reforma até julho, como Rodrigo Maia chegou a anunciar, terá de incluir votações de segunda a sexta-feira, além da convocação de deputados para garantir quórum.

*Fonte: Rede Brasil Atual*



## Senador diz que *deficit* na Previdência é uma fraude

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou, nesta segunda-feira (18), durante pronunciamento em Plenário, que o deficit da Previdência Social é uma fraude contábil. Para o parlamentar, as três fontes de receita da previdência - empregado, empregador e arrecadação tributária da Confis, da CSLL e do PIS/PASEP - garantem, juntos, que a seguridade seja superavitária.

O problema, destacou ele, é que as receitas previstas pela Constituição Federal para financiar a Previdência têm sido utilizadas para a quitação de dívidas de outros setores, conforme previsto pela Desvinculação das Receitas da União (DRU). Em 2017, foram retirados da Previdência R\$ 113 bilhões para amortização da dívida pública, disse Kajuru.

— A metodologia de cálculo do Governo, que alega deficit, não leva em consideração alguns tributos e também não considera a DRU. E é por isso que eles alegaram que, em 2017, o rombo da Previdência chegou a R\$292 bilhões. É uma fraude contábil, uma disputa de narrativa para justificar a necessidade dessa reforma — esclareceu.

Jorge Kajuru também criticou as renúncias fiscais, a sonegação de impostos e o refinanciamento de dívidas das grandes empresas que, segundo ele, sempre são beneficiadas em detrimento da Nação. Para o senador, o país tem que encarar e resolver um problema de orçamento público sistêmico maior, sem sacrifício do trabalhador.

— Essa reforma precisa, de fato, ser feita, mas que ela seja feita da maneira correta, cobrando-se de quem verdadeiramente deve ser cobrado — concluiu.

*Fonte: Agência Senado*

## Governadores debatem nesta semana reforma previdenciária

No mesmo dia marcado pelo governo para a entrega do texto da proposta da reforma da Previdência ao Congresso Nacional, governadores de todos os estados voltam a se reunir, pela terceira vez, em Brasília, para discutir a agenda econômica do país. No encontro marcado para o próximo dia 20, os chefes dos executivos estaduais esperam conversar diretamente com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O Planalto não confirmou a presença do presidente Jair Bolsonaro.

A pauta econômica tinha sido definida na última reunião, em dezembro, como o assunto a ser tratado em fevereiro, tendo como foco as mudanças na lei previdenciária. Os governadores devem sinalizar como encaminharão as questões às suas bancadas no Legislativo.

“É um tema essencial duplamente. Primeiro, por ter impacto fiscal direto nas contas e, segundo, porque com a reforma temos o equilíbrio das contas, com repercussão em toda a economia”, afirmou Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul. O gaúcho, eleito em outubro do ano passado, assumiu um estado em crise financeira.

Dados da Secretaria Estadual da Fazenda mostraram um rombo de mais de R\$ 7 bilhões no fechamento das contas do ano passado, incluindo o adiamento do décimo terceiro salário do funcionalismo, os contracheques de dezembro e parcelas de dívida com a União que não foram pagas.

*Fonte: Agência Brasil*



## DIEESE: 'prévia' do PIB de 18 de 1,15% indica 'estagnação'

A economia brasileira cresceu 1,15% em 2018, segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) divulgado pelo Banco Central. Esse índice funciona como uma "prévia" do PIB oficial, que será anunciado pelo IBGE no próximo dia 28. Para o diretor do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, os números do BC indicam que a economia ficou "praticamente estagnada" e segue "andando de lado".

Entre as causas, explica Clemente, está a falta de "dinamismo" no consumo das famílias, que não avança devido às elevadas taxas de desemprego e o crescimento do emprego informal, o que leva a quedas sucessivas do setor de serviços, responsável por quase 60% da movimentação da economia brasileira. Em 2017, o crescimento foi de apenas 1%.

Ele também aponta a queda de investimentos do governo federal em infraestrutura, e em contratações de pessoal. No setor privado, as empresas não investem, devido à "capacidade ociosa" do setor, quando a base produtiva das indústrias não foi totalmente utilizada.

Com todas as "locomotivas" do crescimento "com os pés no freio", a consequência é a manutenção do "baixo dinamismo" no mercado de trabalho. "Os postos de trabalho, quando aparecem, são precários, informais, com baixa remuneração e alta rotatividade. A indústria não contrata, o setor público também vem bloqueando contratações. Soma-se a isso o aumento da terceirização, que precariza salários e condições de trabalho."

Segundo o diretor do Dieese, a situação econômica em 2019 não deve mudar radicalmente. "Pelo contrário, cada vez mais os analistas começam a estimar crescimento abaixo de 2%".

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Nova denúncia no Laranjal do PSL: ministro sabia de tudo

A candidata a deputada estadual pelo PSL de Minas Gerais, Cleuzenir Barbosa, 47, afirma ter havido um esquema de lavagem de dinheiro público pela sigla no estado. Ela diz mais: segundo ela, o agora ministro do governo de Jair Bolsonaro Marcelo Álvaro Antônio sabia da operação: "era o seguinte: nós mulheres iríamos lavar o dinheiro para eles. Esse era o esquema. O dinheiro viria para mim e retornaria para eles", afirmou a deputada em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo.

A reportagem informa que "Cleuzenir também fez as acusações na polícia e no Ministério Público, que investigam o caso. Ela afirma ter sofrido pressão de dois assessores de Álvaro Antônio — Roberto Soares e Haissander de Paula— para devolver R\$ 50 mil dos R\$ 60 mil que recebeu do fundo eleitoral do PSL. Ela diz ter relatado o caso a pelo menos quatro assessores de Álvaro Antônio, na época deputado federal e candidato à reeleição, e ter tentado falar diretamente com ele, mas que nada foi feito. O ministro foi o deputado mais votado no estado."

*Fonte: Brasil247*

## **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLDO PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**